

**CONVÊNIO Nº 03/2020 ENTRE A
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO
DISTRITO FEDERAL – FAPDF E A
FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS –
FINATEC.**

A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF, Fundação Pública, instituída pela Lei n.º 347, de 04/11/92, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, com sede na Granja do Torto, lote 04 – Parque Tecnológico BIOTIC. Brasília/ DF - CEP: 70.636-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob o n.º 74.133.323/0001-90, de um lado, doravante denominada **CONCEDENTE** neste ato representada por seu Diretor-Presidente **ALESSANDRO FRANÇA DANTAS**, brasileiro, portador do RG nº 2.347.805 SSP/DF e do CPF nº 564.874.011-53, residente e domiciliado em Brasília/DF, conforme nomeação publicada no DODF nº 202, de 22 de outubro de 2019, e a **FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.116.704/0001-34, sediada na Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Edifício FINATEC, Asa Norte, Brasília – DF, q doravante denominada **CONVENIENTE**, representada neste ato por seu Diretor-Presidente, **ARMANDO DE AZEVEDO CALDEIRA PIRES**, brasileiro, engenheiro mecânico e professor universitário, portador da Carteira de Identidade nº 3.324.872 IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 592.226.547-49, residente em Brasília – DF,

RESOLVEM celebrar o presente Convênio, em conformidade com o disposto na Lei Distrital nº 347, de 4 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 3.652, de 9 de agosto de 2005; Lei 9784/1999, recepcionada pela Lei Distrital nº 2.834, de 7 de dezembro de 2001 e alterações; Lei nº 10.973/2004, recepcionada pela Lei Distrital nº 6.140/2018, denominada Lei de Inovação do Distrito Federal; Decreto nº 9.283/2018, Decreto Distrital nº 38.126/2017, que trata da Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação; Instrução Normativa nº 65, de 07 de novembro de 2017, da FAPDF, que institui o Programa de Fomento à Inovação – INOVA Brasília; Lei nº 8.666/1993, no que couber; Lei Complementar nº 101/2000, Decreto nº 32.598/2010, Decreto nº 39.570/2018; Lei Federal nº 13.979/2020; Decreto Distrital nº 40.512/2020; Instrução Normativa nº 01/2005 – CGDF, no que couber e demais legislações aplicáveis, mediante as regras e condições a seguir estabelecidas, as quais, mútua e reciprocamente, estipulam, outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir:

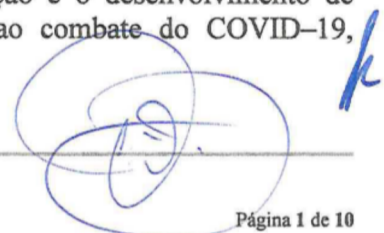
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento de Convênio tem por objeto a conjunção de esforços entre os partícipes, por mútua cooperação técnico científica, visando apoiar a execução e o desenvolvimento de projetos e ações de Pesquisa, Inovação e Extensão destinadas ao combate do COVID-19, abrangendo os seguintes eixos:



Granja do Torto, lote 04 – Parque Tecnológico BIOTIC.
Brasília – DF - CEP: 70.636-000

JP



Página 1 de 10

I - Apoiar projetos selecionados no âmbito da *Chamada Prospectiva de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão para o Combate ao COVID-19*, publicada pela Universidade de Brasília – UnB em 25 de março de 2020.

II – Apoiar projetos de demanda da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal relacionados ao combate do COVID-19.

III - Fomentar o setor produtivo (startups, micro e pequenas empresas) que tenham por objetivo o desenvolvimento de ações e projetos de inovações tecnológicas e produtos que se enquadrem no combate ao COVID-19, assim como as consequências da pandemia de quaisquer tipos e modalidades nas diversas áreas de conhecimento, compatíveis com a missão institucional da FAPDF.

Parágrafo primeiro – Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente, o PLANO DE TRABALHO elaborado pela CONVENIENTE e aprovado pela CONCEDENTE, o qual passa a integrar o presente Termo de Convênio, independentemente de transcrição. O PLANO DE TRABALHO será avaliado e conterá no mínimo:

- a) justificativa para a elaboração do instrumento;
- b) descrição completa do objeto a ser executado;
- c) descrição das metas a serem atingidas;
- d) definição das etapas ou fases de execução;
- e) cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso;
- ⌘ plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação pretendida pelos partícipes consistirá em:

- a) Os resultados das pesquisas fomentadas deverão ser disponibilizados para a sociedade civil de forma gratuita e sem direitos de propriedade intelectual;
- b) Parte do recurso disponibilizado ao convênio deverá ser, necessariamente, destinado ao setor produtivo (startups, micro e pequenas empresas) que tenham por objetivo o desenvolvimento de inovações tecnológicas e produtos visando o desenvolvimento de produtos e serviços para o rápido diagnóstico, contagem de infectados, prevenção, tratamento e combate ao COVID-19;
- c) Troca e cessão de insumos destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitando o direito à consignação expressa de autoria;
- d) Estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas, visando a complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências;

- e) Promoção de eventos conjuntos sobre temas de interesse comum, situação na qual a instituição arcará com as despesas decorrentes da execução das atividades sob sua responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPE

Constituem responsabilidades e obrigações, no âmbito de suas respectivas competências institucionais, além dos outros compromissos assumidos neste Convênio:

I – Comuns aos partícipes:

- a) Definir e ajustar diretrizes e procedimentos necessários à realização do objeto descrito na cláusula primeira;
- b) Indicar representante legal para acompanhamento da fiel execução deste Convênio;
- c) Contribuir com pessoal técnico no planejamento e na execução dos projetos e ações a serem desenvolvidas;
- d) Executar as atividades decorrentes do pactuado no presente Convênio com obediência aos objetivos do PLANO DE TRABALHO;
- e) Permutar informações e publicações de interesse comum;
- f) Propor alterações, ajustes e aditivos, visando dar continuidade à execução do objeto do Convênio.
- g) Receber, em suas dependências, o servidor indicado pelo outro partícipe, para desenvolver as atividades inerentes ao objeto do presente Convênio;
- h) Fornecer as informações e as orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste acordo;
- i) Observar o direito autoral envolvendo métodos, técnicas, cursos, programas ou qualquer material de divulgação institucional utilizado nas ações previstas neste Convênio, devendo ser informados o crédito da autoria e o respectivo instrumento de cooperação que deu amparo à utilização do material do partícipe;
- j) Levar, imediatamente, ao conhecimento do outro partícipe, ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes desse Convênio, para adoção das medidas cabíveis;
- k) Notificar, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução das atividades decorrentes do presente Instrumento.

II – De competência da CONCEDENTE:

Cabe à Concedente as seguintes obrigações:

- a) Repassar à conta específica do convênio os valores pactuados;
- b) Acompanhar, fiscalizar e controlar as atividades de execução do PLANO DE TRABALHO, avaliando os seus resultados;

